



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA

LUIS CARLOS SOUZA DO NASCIMENTO

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: CONSIDERAÇÕES
SOBRE O PROJETO-POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA LICENCIATURA EM
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA**

ANGICOS-RN

2024

LUIS CARLOS SOUZA DO NASCIMENTO

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: CONSIDERAÇÕES
SOBRE O PROJETO-POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA LICENCIATURA EM
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado ao Conselho do Curso de
Licenciatura em Computação e
Informática da Universidade Federal
Rural do Semi- Árido, como pré requisito
para obtenção do título de Licenciado
em Computação e Informática, sob a
orientação da Profa. Dra. Ana Maria
Pereira Aires.

ANGICOS-RN

2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

N244e Nascimento, Luis.
EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO-POLÍTICO-PEDAGÓGICO
DA LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA /
Luis Nascimento. - 2024.
31 f. : il.

Orientadora: Ana Maria Pereira Aires.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Licenciatura em
Computação, 2024.

1. Projeto Político Pedagógico. 2. Educação
Étnico-Racial. 3. Licenciatura em Computação e
Informática. I. Maria Pereira Aires, Ana, orient.
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Angicos
Bibliotecário: Helder Romero Maia Duarte
CRB: 15/673

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

LUIS CARLOS SOUZA DO NASCIMENTO

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: CONSIDERAÇÕES
SOBRE O PROJETO-POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA LICENCIATURA EM
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado ao Conselho do Curso de
Licenciatura em Computação e Informática
da Universidade Federal Rural do Semi-
Árido, como pré requisito para obtenção do
título de Licenciado em Computação e
Informática, sob a orientação da Prof^a Dr.
Ana Maria Pereira Aires.

Defendida em: 24/10/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Ana Maria Pereira Aires
Presidente

Prof. Dr. Rodrigo Soares Semente
Membro Examinador

Prof. Me. Paulo Henrique de Moraes
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Dedico este momento de gratidão, primeiramente, a Deus, cuja gloriosa bondade me trouxe até aqui. Ele me mantém firme e me guia com sua infinita compaixão.

Agradeço de coração à minha mãe, Celiza Maria, que é meu apoio e meu maior incentivo. Ela me ensinou o verdadeiro amor e é o alicerce da minha vida. Tudo que eu puder dizer e fazer para a senhora será sempre pouco para tudo que já fez e faz por mim.

A meu padrasto, que me apoiou mais do que um pai poderia apoiar, que nos momentos mais difíceis nunca abandonou a mão da minha mãe e sempre nos fez acreditar em dias melhores.

Meu amor e gratidão também vão para meus sobrinhos, Antônio Moisés e Nicolas Daniel. Sem eles, a vida não teria a mesma leveza; o amor que sinto por eles me impulsiona a seguir em frente. Ao meu padrasto que fez por mim mais que um pai faria pelo filho, que nos momentos mais difíceis ele não soltou a mão da minha mãe, e sempre nos fez acreditar em dias melhores.

A minha avó, que se orgulha de ver o primeiro neto se formando no ensino superior, ela foi a primeira pessoa a me mostrar amor e cuidou de mim com generosidade até meus sete anos, enquanto minha mãe trabalhava arduamente para nos sustentar.

A minha família, meu muito obrigado por sempre estar ao meu lado. Aos meus irmãos que com mesmo entre amor e ódio, eu sei que eles vão estar sempre comigo, eu amo vocês de verdade.

Um agradecimento especial às minhas primas, minhas amigas e meus amigos. Que foram vocês que nos meus piores momentos me lembraram do meu potencial e me incentivaram a acreditar que posso realizar meus sonhos. Sou eternamente grato a todos vocês!

Quero expressar minha profunda gratidão à Universidade Federal Rural do Semi-Árido, que se tornou meu verdadeiro lar ao longo desses cinco anos e permitiu realizar meu sonho.

Um agradecimento especial vai para minha professora e orientadora Ana Aires. Sua dedicação e incentivo foram fundamentais para que eu pudesse explorar o campo científico com confiança. Você é uma fonte de inspiração para mim, através da sua força, empatia e o seu bom humor sempre iluminando nossas reuniões de pesquisa, tornando cada momento especial.

Quero também agradecer às meninas da nossa pesquisa, vocês foram essenciais para que tudo isso se tornasse possível. A amizade que desenvolvemos durante esse período é algo que levarei comigo para toda a vida. Vocês são inesquecíveis e sempre terão um lugar especial no meu coração.

Aos amigos que fiz nesses 5 anos de faculdade, obrigado por deixar meus dias mais felizes, obrigado de coração.

Muito obrigado a todos que fizeram parte dessa jornada!

“Ninguém nasce feito, ninguém nasce marcado para ser isso ou aquilo. Pelo contrário, nos tornamos isso ou aquilo. Somos programados, mas, para aprender. A nossa inteligência se inventa e se promove no exercício social de nosso corpo consciente. Se constrói. Não é um dado que, em nós, seja um a priori da nossa história individual e social” (Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho investiga a presença da educação para as relações étnico-raciais no Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em Computação e Informática, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Campus de Angicos. A metodologia utilizada foi a qualitativa, com foco na análise de conteúdo e embasada em um referencial teórico que inclui autores do campo étnico-racial e do currículo, além dos fundamentos legais, Lei nº 10.639/2003 e a Resolução nº 01/2004 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Considerando o objeto e objetivos do trabalho, os resultados indicam, com base na análise dos objetivos do curso, dos princípios educativos, do perfil do egresso e da estrutura curricular do PPP da LCI/UFERSA, uma ausência de registros, orientações e conteúdos que possibilitem o trabalho apoiado na educação para as relações étnico-raciais. Mas há, a partir desses mesmos elementos, potencialidades para o trabalho com questões étnico-raciais, tanto é, que alguns professores já trabalham temáticas raciais nos seus componentes curriculares, de maneira significativa. Também, através de observações, vimos que os docentes do curso já sinalizam preocupações com essa lacuna, nas discussões em torno do novo Projeto Político Pedagógico, em elaboração. Concluímos que o curso precisar trabalhar na perspectiva de uma formação docente mais inclusiva e consciente das diversidades culturais e de sujeitos presentes na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Educação Étnico-Racial. Licenciatura em Computação e Informática.

ABSTRACT

This study investigates the presence of education for ethnic-racial relations in the Political-Pedagogical Project of the Bachelor's Degree in Computing and Information Technology, at the Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Campus de Angicos. The methodology used was qualitative, with a focus on content analysis and based on a theoretical framework that includes authors from the ethnic-racial field and the curriculum, in addition to the legal foundations, Law No. 10.639/2003 and Resolution No. 01/2004, which deals with the National Curricular Guidelines for Education on Ethnic-Racial Relations and the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture. Considering the object and objectives of the study, the results indicate, based on the analysis of the course objectives, educational principles, graduate profile and the curricular structure of the PPP of LCI/UFERSA, an absence of records, guidelines and content that enable work supported by education for ethnic-racial relations. However, these same elements provide potential for working with ethnic-racial issues, so much so that some teachers already work with racial themes in their curricular components in a significant way. Also, through observations, we saw that the course's teachers already signal concerns about this gap, in the discussions around the new Pedagogical Political Project, which is currently being developed. We conclude that the course needs to work towards a more inclusive teacher training that is aware of the cultural diversity and subjects present in Brazilian society.

Keywords: Political Pedagogical Project. "Education for Ethnic-Racial Relations. Degree in Computing and Informatics.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. GESTÃO DO CONHECIMENTO	15
2.1 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: considerações sobre a Lei 10.639/2003, o currículo do ensino básico e a formação docente	15
2.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: uma referência na formação docente	17
3. METODOLOGIA DE PESQUISA	20
4. O PPC DA LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA: há lugar para as questões étnico-raciais?	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

O objeto desse trabalho teve início quando ingressei no Grupo de Pesquisa e Extensão em Educação da Infância, Cultura, Currículos e Linguagens (EDUCLIN) e me envolvi, como pesquisador voluntário, no projeto de pesquisa intitulado “Saberes e práticas educativas dos povos negros e quilombolas nos materiais literários das escolas de Ensino Fundamental de Angicos-RN”. O objetivo do projeto foi analisar e compreender, a partir de levantamentos e mapeamentos estatísticos dos materiais literários infanto-juvenis utilizados nas escolas dos Anos Iniciais, cidade de Angicos, a condição ontológica-social-existencial-histórica dos povos de tradição negra.

Na conclusão do projeto, observando os resultados provenientes da pesquisa, um dado chamou a atenção, a falta de efetividade, nas práticas pedagógicas cotidianas, da educação para as relações étnico-raciais. Isso significa que todo o aparato legal que instituiu a obrigatoriedade de questões raciais no campo educacional e curricular, a exemplo da Lei nº 10.639/2003 que alterou a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; a Lei nº 12.288/2010 que “Instituiu o Estatuto da Igualdade Racial”; a Resolução nº 01/2004 da CNE/CEB, que “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”; a Resolução nº 08/2012 da CNE/CEB, que “Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica”, não obteve o resultado esperado.

De forma mais específica, dada a sua importância para a educação das relações étnico-raciais, temos nos indagado se a Lei nº 10.639/2003, que fez 20 anos em janeiro de 2023, foi bem-sucedida? O Ensino Básico, o Ensino Superior, a formação docente nas licenciaturas, as revisões e mudanças nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos diversos níveis e modalidades de ensino, têm atendido a obrigatoriedade da lei? As práticas pedagógicas têm observado a importância dessa pauta, educar para as relações étnico-raciais?

Minha experiência e observações das práticas docentes durante os estágios, mostraram que há pouca efetividade e preocupações com esses propósitos. Nas escolas de ensino básico, sobretudo, nas bibliotecas escolares, há uma escassez de

materiais e obras literárias voltadas para as questões raciais negras. Foi na pesquisa que descobrimos que do total do acervo de literatura infanto-juvenil existentes nas bibliotecas escolares do Rio Grande do Norte, cidades da região central, uma média de apenas 2,5% são caracterizadas como obras de literatura negra. Esse dado, resultado da pesquisa já citada, diz respeito ao levantamento feito em várias escolas, sendo assim, afirmamos que há uma ausência de livros de literatura infanto-juvenil negra nas escolas e que, segundo as responsáveis pelas bibliotecas/salas de leitura, quase somente nas datas comemorativas é que os professores atentam para a temática afro-brasileira.

Foi essa realidade e, também, o meu processo de formação que fez aumentar as reflexões em relação a educação para as relações étnico-raciais, num país tão diverso e miscigenado. Os formandos na Licenciatura em Computação e Informática, do Centro Multidisciplinar de Angicos, Campus da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, têm ciência da importância dessa discussão? Há algum componente, mesmo optativo, ou algum conteúdo transversal no Projeto Político-Pedagógico do Curso que trata dessa temática? Na pesquisa e na extensão há projetos ou eventos que contribuam com a formação docente nessa área? Investigar sobre esses elementos formativos, é o nosso propósito.

Durante toda a minha formação, como estudante da licenciatura acima registrada, a única disciplina na qual tive contato com esse assunto foi Prática de Ensino IV. Durante esse componente, quando o professor trabalhava sobre mídias digitais na educação, foi solicitado que o nosso grupo planejasse uma aula com o tema escolhido pelo próprio grupo. Após discussões, escolhemos o tema étnico-racial e propomos, como recurso de apresentação, um vídeo de um curta-metragem, o qual intitulamos “Dudu e o lápis cor de pele”. Nesse vídeo mostramos a importância desse assunto na formação e no desenvolvimento das crianças.

Após a apresentação do curta-metragem para o grande grupo, realizamos alguns questionamentos, entre eles, um nos chamou a atenção, que foi: “você acreditam que existe vários lápis cor de pele?” Após esse questionamento, nessa roda de discussão, uma colega de sala respondeu que o único lápis cor de pele é aquele rosinha que ela aprendeu no Ensino Fundamental. Essa resposta me impactou ao ponto de pensar sobre como essa professora vai trabalhar com as questões étnico-raciais? Qual a percepção dela em relação as crianças negras?

Diante desse contexto de formação e das ausências históricas em relação ao conteúdo étnico-racial, sejam no Ensino Básico, sejam no Ensino Superior, incluindo a formação docente, problematizamos a seguinte indagação, a qual se tornou o objeto dessa pesquisa: *as questões da educação para as relações étnico-raciais estão presentes no PPP da Licenciatura em Computação e Informática do Centro Multidisciplinar de Angicos?* A partir dessas indagações, objetivamos explorar elementos da composição curricular do PPP da LCI/UFERSA, no sentido de desvelar a presença da educação para as relações étnico-raciais.

Considerando tudo que foi pontuado, esse trabalho de conclusão de curso torna-se importante por discutir mais profundamente acerca das questões voltadas para a educação das relações étnico-raciais, num curso que forma professores para o Ensino Básico. Essa importância também está no campo acadêmico quando o trabalho possibilita a reflexão sobre a possibilidade de criação de novos componentes curriculares no curso ou incluir os conteúdos raciais nos componentes existentes e, ainda, este trabalho pode reforçar a ideia de ampliação desse tema nos eventos científicos do curso.

O TCC se estrutura a partir das seguintes partes: Introdução, lugar em que problematizamos o nosso objeto e apresentamos o nosso objetivo. Gestão do Conhecimento, que é o nosso referencial teórico, os saberes que fundamentaram o trabalho. A metodologia da pesquisa, abordagem empregada na leitura dos dados. O olhar analítico para o PPP da LCI/UFERSA. Considerações Finais e as Referências utilizadas

2. GESTÃO DO CONHECIMENTO

2.1 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: considerações sobre a Lei 10.639/2003, o currículo do ensino básico e a formação docente

No Brasil, durante anos seguidos, porque não dizer, durante toda a história da educação brasileira, não se falou e não se incluiu, no campo da formação docente, e em seus currículos, as discussões sobre questões raciais negras. Isso mostra o quanto a questão racial, na educação do Brasil, foi e ainda é desconsiderada, espelhando uma realidade de exclusão histórica. Então, por décadas, a preparação docente desprezou que o Brasil é um país diverso, que em sua composição e desenvolvimento há contribuições dos negros, que o ensino de outros saberes, religiões, culturas e histórias são necessárias. Essas ausências resultaram na manutenção de discriminações, estereótipos e preconceitos que marcam essa população, por mais de 300 anos escravizada e impedida de frequentar a escola e ter um pedaço de chão, até depois da abolição, conforme determinou a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, ao tratar sobre as terras devolutas do Império.

Por isso que a sanção da Lei Nº 10.639/2003 representa um avanço significativo, ao tornar obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino. Entendemos que essa alteração se constitui apenas o começo de um processo que demanda incluir nos programas e nas práticas de ensino outras culturas diferentes da branca eurocêntrica, cristã e de predominância hétero-masculina. A incorporação de temas e histórias raciais na educação, mais do que uma obrigação legal, é uma chance de fomentar a justiça e a equidade social e a reparação.

É fundamental reconhecer essa diversidade cultural do Brasil e na educação dos estudantes, possibilitando que todos identifiquem e valorizem as contribuições das culturas afro-brasileiras para a sociedade. Isso potencializa a aprendizagem da composição do país e contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos. Mas para que essa mudança seja eficaz, é crucial que a formação de docentes trate de temas como o racismo, a identidade cultural e a apreciação das culturas afro-brasileiras, inclusive a cultura religiosa. Os professores precisam estar aptos a tratar desses assuntos de maneira crítica, estabelecendo um espaço seguro para o debate e reflexão escolar.

Isso não só habilita os docentes, como também estimula os estudantes a questionar e enfrentar preconceitos. Ademais, as escolas precisam fomentar um ambiente de diversidade e inclusão social para que os estudantes possam se reconhecer através do programa curricular. É crucial implementar práticas de ensino que considerem as vivências e realidades dos estudantes negros, sobretudo, periféricos, para uma educação verdadeiramente transformadora.

Essas preocupações precisam ser constantes e cooperativas, envolvendo professores, estudantes, famílias, comunidades e administradores da educação. Pensar projetos pedagógicos, a partir de uma educação antirracista, é um trabalho coletivo que requer compromisso e empenho de todos, por ser crucial para fomentar uma sociedade mais equitativa, justa e putada pelos direitos.

Segundo Nunes (2018), foi num cenário intrincado e desafiador de luta dos movimentos negros, por reconhecimento e igualdade, que a Lei 10.639 foi sancionada em 2003. Nesse sentido, a lei marca uma importante batalha contra a discriminação e sinaliza a exaltação da cultura afro-brasileira, fomentando a inclusão e a diversidade no âmbito educacional. Em 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais se somam, garantindo esse direito. As orientações das diretrizes têm como objetivo guiar as instituições de ensino na elaboração de currículos que valorizem e reconheçam a história, as contribuições e as realidades das comunidades afrodescendentes, fomentando um ambiente de ensino mais inclusivo, equitativo e rico em diversidade.

De acordo Araújo, Nogueira e Guerra (2023), a Lei nº 10.639/2003 que determina que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana seja obrigatório em todas as escolas públicas e privadas do Brasil, prevê a inclusão de conteúdos que destacam as contribuições dos diversos povos negros para a formação da sociedade brasileira. Com isso, a Lei sublinha a importância de valorização da identidade e da autoestima dos estudantes afrodescendentes ao aprender sobre como essas populações trabalharam e contribuíram com esse país em várias áreas, como agricultura, infraestrutura e serviços.

Para Nunes, Campos e Ferreira (2019), os currículos escolares que, durante séculos, silenciou esses conhecimentos nas escolas e universidades, agora precisa assumir o seu papel e fazer jus as políticas de reparação. Os currículos precisam visibilizar sobre os conceitos e teorias que foram formulados pelos povos pretos no ambiente acadêmico e na formação docente.

Ao agir dessa maneira, não só aprimoramos o saber acadêmico, como também fomentamos uma educação mais inclusiva e representativa. Esta alteração é fundamental para que os alunos entendam a complexidade dos problemas sociais e históricos. Somente uma formação profissional que tenha acesso a esse conhecimento e se desnude dos preconceitos pode promover esse modelo de educação.

Somente assim, a universidade pode se transformar em um ambiente de diálogo e reflexão que considere todos os brasileiros em formação docente, de forma respeitosa, auxiliando na continuidade de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se de uma chance de converter a educação em um catalisador de transformação social, comprometida com a verdade histórica.

Segundo Silva e Silva (2021), nesse contexto, percebemos os descaminhos que ocorrem ao longo do tempo em um país que, mesmo sendo a educação um direito de todos, garantido pela Carta Magna, ainda exclui uma grande parte dos indivíduos, principalmente a população negra, por não ter condições de acesso e permanência na escola. É isso que a Lei 10.639, as diretrizes curriculares e os currículos escolares e da formação de professores têm que ter ciência.

2.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: uma referência na formação docente

O Projeto Político Pedagógico (PPP) ganhou destaque no Brasil na década de 1990, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em dezembro de 1996. Com essa legislação, as instituições de ensino básico e superiores foram obrigadas a elaborar seus PPP. Esses documentos se tornaram essenciais, pois estabelecem os princípios, metas e estratégias que orientam a administração e os setores pedagógicos das instituições educacionais e os cursos superiores. Assim, esses projetos se tornaram direção para as práticas educativas.

O PPP vai além de ser apenas um documento, é uma orientação importante para as instituições educacionais e tem um papel crucial na formação dos estudantes. Ao definir diretrizes e metas que considerem o ensino e aprendizagem dos diversos sujeitos, o PPP tem em vista a afirmação da identidade da escola e a definição em relação a formação dos estudantes, a partir de um ambiente educativo que considere a pluralidade cultural.

Outro aspecto relevante é o incentivo à formação integral do estudante. O PPP não pode se restringir a tratar apenas de assuntos técnicos; é importante levar em consideração o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos em formação com equilíbrio entre aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais (Guará, 2006). Esta perspectiva mais abrangente é crucial para fomentar nos estudantes os desafios do mundo contemporâneo, onde competências como empatia, colaboração e resolução de conflitos sejam cruciais, igualmente o saber acadêmico.

Assim, o PPP de um curso deve ser um ponto de referência na formação dos sujeitos. Ele oferece clareza de metas, reforça a identidade da instituição de ensino, favorece a formação dos estudantes e incentiva o envolvimento da comunidade. O PPP não só direciona o processo de ensino, mas também auxilia na construção da cidadania, contribuindo para as habilidades de enfrentamento dos desafios futuros, sejam sociais, sejam profissionais, sejam políticos.

Como aponta Ruy, Rocha e Mendes (2020), uma educação de caráter democrática se estabelece progressivamente mais quando o PPP se transforma em uma 'linguagem universal' compartilhada e assimilada entre todos os integrantes da comunidade escolar. Ao adotar essa linguagem, os professores, alunos, pais e demais colaboradores tendem a se alinhar em torno de um objetivo comum: reconhecer e valorizar o estudante como um ser social.

Essa visão amplia a compreensão do papel do educando, integrando suas vivências, relações e contexto sociocultural ao processo educativo. Então, o PPP se torna uma ferramenta fundamental para fomentar a participação, a cooperação e o respeito mútuo, essenciais em uma formação que visa não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais e cidadãs e de respeito a diversidade. Essa construção coletiva enriquece a experiência escolar, promovendo um ambiente em que todos se sentem ouvidos e valorizados.

Segundo Santos e Souza (2015), sob essa perspectiva, a equipe de gestão precisa estar estruturada com cronogramas para que os objetivos sejam alcançados. É necessário que haja discussões e estudos, já que o projeto precisa ser partilhado. Não pode ser limitado à administração escolar. Todos os integrantes da comunidade escolar precisam estar cientes de seus objetivos, metas e ações, no sentido de que todos se sintam participantes ativos na construção do ambiente escolar como um local público de liberdade e criação.

Esse pensar o PPP contribuir na criação de currículos que enfrentem as agressões racistas, significa avançar no debate sobre diversidade e respeito de maneira autêntica, comprometendo-se com a construção de um ambiente escolar inclusivo e seguro para todos os estudantes.

Para Souza e Coelho (2023), vale destacar, ao longo da história foram severas as tentativas de negar a presença do racismo no Brasil, essa negação foi uma tática comum para mascarar a realidade do racismo, como também para favorecer a continuidade de atitudes discriminatórias nas instituições de ensino. Neste cenário, também houve uma tendência de empregar termos simplificadores para descrever situações racistas nas escolas, muitas vezes tratando como meras "brincadeiras". Para Souza e Coelho, (2020, p.17)

[...] o enfrentamento do racismo estrutural, da discriminação e do preconceito, além do necessário diálogo como ponto de partida nas abordagens pedagógicas em situações emergentes, são necessárias ações planejadas, sistematizadas e institucionalizadas no PPP, a fim de orientar ações mais amplas e coletivas na escola, para promover avanços nessa área.

Sendo assim, o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico de uma instituição de ensino não deve ser considerado apenas uma atividade burocrática destinada a cumprir uma obrigação legal. Pelo contrário, essa tarefa representa uma chance importante para reestruturar a atuação da escola e a formação dos professores, promovendo um ambiente mais reflexivo e cooperativo em relação aos diversos sujeitos sociais. O PPP deve refletir os valores, e desafios da comunidade escolar, atuando como um direcionamento para a criação de práticas pedagógicas que satisfaçam as demandas dos estudantes e fortaleçam a identidade dos sujeitos e da instituição. Assim, a sua criação se torna um processo essencial para melhorar a qualidade da educação e fomentar uma educação transformadora.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa em questão adota uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, com foco na análise de conteúdo, investigando as questões da educação para as relações étnico-raciais no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Computação e Informática em suas. A escolha desse objeto se deve às preocupações com a minha formação para professor da rede básica e as indagações acumuladas devido a minha participação no projeto de pesquisa que investiga questões raciais nas bibliotecas de cidades próximas a Angicos.

O estudo qualitativo, através de metodologias interpretativas, possibilita uma análise mais minuciosa das representações e discursos contidos no PPP, observando não somente o conteúdo, tal qual está registrado, mas interpretando-o, em sua relação com o objeto e os objetivos desse trabalho. Se volta para determinar se as questões de diversidade e inclusão racial estão ou não incorporadas na formação dos estudantes de LCI.

Essa pesquisa não só ajudará a pensar sobre o próximo PPP, que está em discussão, mas também a fomentar práticas de ensino mais inclusivas e representativas das minorias identitárias e suas pautas, incentivando uma educação que se conecte com a realidade social e cultural dos estudantes. O propósito é possibilitar reflexões que possam ter um impacto positivo na estrutura curricular, aprimorando a formação de futuros educadores e profissionais do campo.

Para Souza e Santos (2020) o que desperta o interesse pela pesquisa qualitativa é o espírito curioso do pesquisador e alguns processos que caracterizam a sociedade, como por exemplo a necessidade de transformações que justificam essa busca de conhecimento, de descoberta, de entendimento da realidade. Essa compreensão realça o cerne da pesquisa qualitativa, focada na interpretação e entendimento dos significados e sentidos ocultos nas interações humanas e nos documentos. A investigação qualitativa enfatiza a profundidade e complexidade das vivências sociais, isso vai ao encontro do objeto e objetivos desse trabalho.

Ademais, o estudo qualitativo possibilita um entendimento mais profundo das subjetividades e das histórias pessoais. Em um mundo progressivamente interligado, a procura por significados e a maneira como os grupos produzem conhecimento coletivo se tornam fundamentais para compreender fenômenos sociais, tais como identidades, disparidades e movimentos sociais, questões raciais.

Segundo Souza e Santos (2020), a análise de conteúdo, como procedimento de análise dos dados, caracteriza-se como uma técnica de pesquisa, que, embora aconteça de diversos modos, ela apresenta uma sequência sistemática que traz uma consistência à pesquisa (Bardin, 1987). Os procedimentos requerem rigorosidade e sistemática de regras que precisam ser aprendidas e adaptada para possibilitar os questionamentos de pesquisa. O procedimento da análise de conteúdo é composto por etapas bem definidas que ajudam a guiar a pesquisa de maneira clara e organizada. Primeiro, o pesquisador determina qual é o propósito do estudo, ou seja, o que deseja descobrir ou entender. Em seguida, escolhe o material a ser analisado. Depois vem a fase de codificação, onde os dados são organizados em categorias ou temas, permitindo uma análise mais aprofundada. Por fim, a interpretação dos achados é fundamental, pois é aqui que o pesquisador dá sentido ao que foi identificado, buscando compreender as nuances e significados.

Essa abordagem, embora metódica, é também flexível. Isso significa que os pesquisadores podem adaptar suas estratégias de acordo com o contexto e os objetivos da sua investigação. Dessa forma, a análise de conteúdo se torna uma ferramenta poderosa para explorar fenômenos sociais complexos, revelando sutilezas e detalhes que podem passar despercebidos em análises mais superficiais.

4. O PPC DA LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA: há lugar para as questões étnico-raciais?

O Projeto Político Pedagógico ou Projeto Pedagógico de Curso, nomenclatura utilizada na Licenciatura em Computação e Informática da UFERSA, é o documento que apresenta as decisões do coletivo de docentes, com a “finalidade de expor e discutir as bases da criação, estruturação e consolidação do Curso de Licenciatura em Computação e Informática” (UFERSA/PPP, 2010, p. 9). Essas decisões e finalidades se materializam nos diversos processos educativos, os quais têm em vista a formação de “profissionais que se qualificam para o trabalho em informática educativa” (UFERSA/PPP, 2010, p. 8).

Das especificidades que dão materialidade ao PPP, recortamos alguns itens, com vistas as análises de conteúdo e respostas ao nosso objeto de pesquisa, que é a presença da educação para as relações étnico-raciais no curso. portanto, analisamos o conteúdo dos seguintes itens: *objetivos do curso, princípios educativos, perfil do egresso e a estrutura curricular*. Então, analisar o PPC de LCI/UFERSA e buscar entender sua construção curricular em relação as questões étnico-raciais, especificamente as questões negras. E interpretar as sinalizações potenciais para o trabalho com as questões étnico-raciais. E fomentar uma educação que honre e valorize a diversidade social e cultural existente no Brasil.

Um Projeto Político Pedagógico que aborda questões étnico-raciais não só aprimora a experiência educacional dos diversos estudantes, mas também auxilia na construção de cidadãos críticos e éticos em relação as identidades raciais em suas pluralidades. É a partir dessa compreensão que o PPP se converte em um instrumento de mudança social, através do profissional formado para atuar na escola básica e lá, se comprometer com a formação cidadã dos estudantes, nos diversos níveis e modalidades de ensino. Um ensino para a compreensão do mundo em sua diversidade e interligações, contribuindo para a cidadania e a inclusão social. É assim que pensa Guedes (2021, p. 4):

O desenvolvimento de uma escola não apenas voltada para o ensino de qualidade, mas também comprometida com a cidadania, o contexto político econômico da época e o início do entendimento de que a escola tem os seus objetivos voltados a um ensino de qualidade e que, ao mesmo tempo, desenvolve a cidadania constitui o novo foco das políticas educacionais do país.

Esse entendimento mostra que trabalhar a diversidade étnico-racial na Licenciatura em Computação e Informática é uma questão fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e a inclusão social. Também é fundamental para formar profissionais conscientes e comprometidos com a promoção da equidade e do resgate histórico, necessário para o fortalecimento e a representação negra no campo das tecnologias. Essa é uma área frequentemente marcada por desigualdades, assim, precisa urgentemente incorporar as discussões que abordem a representatividade e a inclusão de diferentes grupos étnico-raciais, principalmente, os diversos grupos negros.

Em relação ao PPP da LCI, observamos que os *objetivos do curso* (UFERSA/PPP, 2010, p. 19) estão voltados para a formação profissional do egresso, o que se espera dele, e apontam para uma formação de qualidade. O *objetivo geral* orienta para os propósitos das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Computação e Informática, quando diz que o curso deve “formar educadores para atuarem no Ensino Fundamental II, no Ensino Médio e na Educação Profissional em instituições que introduzam a computação em seus currículos” e, ainda,

propõe-se a constituir-se enquanto espaço de construção de conhecimentos sobre os saberes da Ciência da Computação, interligados aos saberes da Ciência da Educação, na perspectiva de produção de conhecimentos outros capazes de transformar a realidade dominante em uma nova realidade complexa complementar necessária ao desenvolvimento ecológico e sustentável (UFERSA/PPP, 2010, p. 19).

Observando o sentido do conteúdo, percebemos uma preocupação com a formação do egresso e sua atuação no campo educacional e que seja capaz de intervir na sociedade. Mas, em relação aos sujeitos sociais, há uma universalidade, sem a preocupação de mostrar que esse profissional deva apresentar uma qualificação que ofereça condições de trabalhar, incluindo a diversidade de sujeitos, como de fato é, o ambiente escolar. O Brasil é diverso, mas a predominância é o ser universal, como se a todos fossem garantidas as mesmas condições de construir conhecimento. A Lei 10.639/2003 nos lembra que a cultura negra e os seus conhecimentos só chegaram a escola por força de lei, então os PPP devem pautar esses sujeitos nos objetivos.

Quando o PPP apresenta os *objetivos específicos* (UFERSA/PPP, 2010, p. 20), também não se percebe indicação de objetivos que envolvam as questões raciais negras, indígenas ou outras. A referência é sempre o sujeito universal. Apenas o terceiro objetivo específico, “formar educadores com potencial de fomentarem em suas comunidades o desenvolvimento de projetos no campo da informática e da educação” (UFERSA/PPP, 2010, p. 20), na nossa análise, apresenta uma indicação de formação do egresso com potencial de fomentar o desenvolvimento das comunidades. Entendemos que um profissional de qualidade deve saber da multiplicidade de comunidades que existem em nossa regionalidade e no Brasil, embora o PPP não faça referência específica, cremos que nesse objetivo pode favorecer o entendimento étnico-racial.

O PPP do curso apresenta sete *princípios educativos* (UFERSA/PPP, 2010, p. 22), os quais anunciam a preocupação com as bases da formação, são eles: a) *O conhecimento como processo*, b) *O respeito ao outro como legítimo em processos de cooperação*, c) *Comprometimento*, d) *Aperfeiçoamento contínuo*, e) *Enfoque no social*, f) *Valorização das especificidades regionais* e g) *Inovação*.

Ao analisar cada um dos princípios observamos que também não há qualquer referência ou preocupação com questões raciais, diversidade ou pluralidade de ideias e valores. Não há indicações que aprimorem entender a diversidade de sujeitos que habita a escola, especialmente considerando que, historicamente, as desigualdades no Brasil foram silenciadas ou trabalhadas enquanto “mito democrático”, um entendimento que inibiu o debate sobre as questões afirmativas negras (Munanga, 2003). No conjunto dos princípios, nos chamou a atenção o princípio b) que trata do respeito ao outro e da cooperação, essa sinalização é importante, mas o outro não pode ser apenas visto como o sujeito universal. O outro é diverso, o outro pode pertencer aos grupos identitariamente minoritários, ou seja, aquelas que historicamente foram discriminadas e excluídas dos espaços educacionais e de qualquer espaço de atuação.

Também o princípio e) que foca no profissional voltado para preocupações com o social, pode ser percebido como potencial princípio inclusivo. Pensar o social é pensar as relações sociais e os processos de ensinar e aprender visam essas relações. No entanto, essa preocupação não identifica aqueles que sempre sofreram por relações de exclusão, em uma sociedade predominantemente racista. Então, para docentes desavisados, o PPP, em seus princípios, não sinaliza no sentido de

inclui elementos relacionados à educação para as relações étnico-raciais, o que é uma lacuna significativa. É fundamental que o curso reconheça e aborde essas questões para promover uma formação mais inclusiva e consciente.

No que se refere ao *perfil do curso e do egresso*, também não houve preocupações com a educação para as relações étnico-raciais ou quilombola ou mesmo com a diversidade de sujeitos que compõe a nossa sociedade. Ao apresentar do perfil do curso, nem a citação das diretrizes curriculares demonstram uma preocupação clara com a diversidade e a pluralidade dos assuntos que compõem a sociedade brasileira. Embora mencione os papéis sociais de forma humanitária e expressem uma preocupação com a formação ética. Então quando olhamos o perfil do egresso (UFERSA/PPP, 2010, p. 29), uma questão relevante diz respeito ao educador ser capaz de “constituir-se como profissional [...] na perspectiva da intercomplementariedade dos saberes e dentro de uma visão em que o sujeito, ao construir conhecimentos, constitui-se a si mesmo e interfere na realidade”, mas fica a dúvida, mais uma vez, de qual sujeito se fala e em qual realidade intervir, no sentido de melhorar e incluir quais vidas. Essas questões são debatidas no curso?

Ao analisar as ementas dos diversos componentes curriculares que compõem a *Estrutura Curricular do Curso* (UFERSA/PPP, 2010, p. 38), nota-se a ausência de conteúdos que abordem questões raciais em suas relações com as ciências da computação e informática e a educação. Embora alguns professores, de maneira isolada e em desacordo com a ementa, incluam conteúdos sobre educação para as relações étnico-raciais, conforme já mencionamos na introdução desse trabalho a experiência no componente “Prática de Ensino IV”.

Os componentes curriculares da LCI, a partir de suas ementas, não fazem referência ao trabalho com a educação étnico-racial, incluindo os estágios e as práticas pedagógicas. Sendo assim, não há no PPP do curso qualquer menção a esse tema, a essa área de conhecimento educacional, como se a realidade no Brasil fosse homogênea, o que, na verdade, não se sustenta. Por outro lado, como já dito, algumas práticas pedagógicas adotadas por professores individualmente demonstram preocupações com as questões de diversidade, incluindo a racial negra e as de minorias identitárias. Como diz Nunes, Campos e Ferreira (2019), os currículos escolares já silenciaram, durante séculos, os saberes construídos pelas populações negras, agora precisa assumir esse papel e fazer jus a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003 de incluir nos currículos os conhecimentos de África e dos afro-

brasileiros, atendendo a uma necessidade de reparação. Os currículos precisam visibilizar sobre conceitos e teorias que foram formulados pelos povos pretos no ambiente acadêmico e na formação docente. Por isso atentamos para algumas questões fundamentais que devem estar na pauta da formação docente e é um passo vital para a construção de uma sociedade mais justa. Essa abordagem não apenas transforma o pensamento individual, mas também impacta a coletividade, criando um futuro em que todos possam se sentir respeitados e valorizados.

Quando os alunos estudam as contribuições culturais e históricas dos grupos negros, eles começam a ver com mais clareza as desigualdades e injustiças que ainda persistem na atualidade. Esse entendimento é essencial para transformar comportamentos e criar um ambiente mais justo, onde todos se sintam respeitados e valorizados. Assim, a escola se torna um espaço de aprendizado e crescimento, onde cada voz é importante e cada história conta.

O PPP não menciona nem sugere que o curso e seus egressos tenham consciência das desigualdades e injustiças que afetam as pessoas pertencentes a grupos minoritários. É fundamental dizer que os estudantes possam contribuir para a formação de um novo sujeito, mais consciente e crítico em relação às questões sociais e às populações de identitariamente minorizadas. Essa conscientização é essencial para promover uma educação que reconheça e valorize a diversidade racial e a equidade na sociedade brasileira.

Neste contexto, o estudo se concentra no Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Computação e Informática, então levantamos as seguintes questões: 1) de que maneira o Projeto Político-Pedagógico pode direcionar as atividades educativas da escola de forma antirracista, promovendo a igualdade racial? 2) é possível encontrar, ao analisar os Projetos Político-Pedagógicos das escolas, indícios desse compromisso?

Em relação à primeira questão, o PPP pode incluir conteúdos que abordem a história e a cultura de grupos radicalizados, promovendo uma visão crítica sobre o racismo e suas nefastas consequências. Isso pode ser feito por meio de componentes curriculares específicos ou na integração de temas raciais em diversas áreas do conhecimento.

Quanto à segunda questão, sim, é possível identificar esses sinais. No entanto, como integrante dos estudos na área étnico-racial, a partir de um grupo de

pesquisa, ao ler e reler o PPP do meu curso, não consegui encontrar qualquer menção a esse tema tão relevante.

Por fim inclusão da temática étnico-racial no PPP de Licenciatura em Computação e Informática não é apenas uma responsabilidade acadêmica, mas um compromisso ético com a construção de um futuro mais inclusivo. Ao formar profissionais sensíveis e engajados, podemos contribuir para a transformação da educação, cujo foco sempre foi a cultura branca, cristã e heteronormativa. É importante a criação de um ambiente tecnológico que reflita a diversidade e a riqueza cultural do nosso país.

Segundo Santos (2006) o movimento negro tem, ao longo dos anos, solicitado a revisão dos currículos escolares em todos os níveis do ensino formal, incluindo os cursos superiores. Essa demanda culminou na Lei 10.639/2003 e outras normativas e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana, no entanto, embora esteja prevista na legislação, essa inclusão ainda não se refletiu nos comportamentos e direitos humanos e nas escolas. Um dos principais desafios que enfrentamos é construir uma prática pedagógica que reconheça o negro como um sujeito ativo e capaz de contribuir cientificamente com a produção social.

Por fim, preparar os alunos para as futuras profissões também envolve capacitá-los a lidar com a diversidade de humanos no ambiente de trabalho. O mercado atual valoriza profissionais que possuem uma visão ampla e inclusiva, capazes de entender e respeitar as diferenças, mas precisa entender que há pessoas diferentes e diversas. Assim, uma educação que inclui as questões raciais não só forma cidadãos mais conscientes, mas também profissionais mais competentes e preparados para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho investigou a presença da educação para as relações étnico-raciais no Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em Computação e Informática da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Campus de Angicos. Para tanto, através da metodologia qualitativa e da análise de conteúdo, explorou alguns elementos constituinte do PPP, como objetivos do curso, princípios educativos, perfil do egresso e a estrutura curricular do curso.

Ao longo da pesquisa, nos deparamos com as ausências de orientação, indicações, conteúdos, componentes no PPP da LCI/UFERSA que afirmassem a presença da educação étnico-racial, isso porque na Lei 10.639/2003 há uma exigência de obrigatoriedade dessa discussão no ensino básico. Entendendo que a formação docente em LCI é para esse nível de ensino, buscamos explorar essa educação. Por outro lado, foi possível observar iniciativas docentes que abordam as questões raciais de forma muito significativa e um potencial expressivo para esse trabalho nos elementos analisados no PPP. Essa potencialidade pode contribuir com a formação de profissionais sensíveis às complexidades sociais e raciais que nos cercam na atualidade.

É fundamental reconhecer que trabalhar para a educação das relações étnico-raciais não se trata apenas de cumprir uma exigência legal, mas de promover um espaço de aprendizado que respeita e valoriza a história verdadeira desse país em sua diversidade cultural. A inclusão efetiva dessas questões no currículo não apenas enriquece a formação acadêmica, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A formação de educadores e sujeitos sociais deve incluir discussões críticas sobre racismo, desigualdade e a valorização das culturas afro-brasileiras, entre outras, para que estes possam atuar de maneira consciente e transformadora em suas profissões.

Além disso, é crucial que a comunidade acadêmica, incluindo docentes, discentes, funcionários e gestores, se envolva em um diálogo contínuo sobre a importância da diversidade cultural e seus sujeitos e da inclusão respeitosa e crítica no ambiente educacional. O Projeto Político Pedagógico de um curso deve ser visto como um documento dinâmico, capaz de revolucionar ao acompanhar às demandas sociais e às realidades culturais do país e da localidade em que está inserido.

Ao fazer isso, não só se cumprirá uma obrigação legal, mas também contribuirá para a formação de docentes e cidadãos mais críticos e engajados, que reconhecem e valorizam a pluralidade do nosso tecido social. Em última análise, um PPP que abrace plenamente a educação para as relações étnico-raciais é um passo fundamental rumo a uma educação mais inclusiva e transformadora, que reconhece e respeita a riqueza das diversas identidades que compõem nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Eleno Marques de [et al]. Lei 10.639/2003: a educação étnico-racial como uma linha dos direitos humanos. **Contribuciones a las ciencias sociales**, [S.L.], v. 16, n. 9, p. 17387-17399, 25 set. 2023. South Florida Publishing LLC.
<http://dx.doi.org/10.55905/revconv.16n.9-213>.
- BARDIN, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 70 ed. Presses Univcrsitaires de France, 1977.
- GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos Cenpec** / Nova série, [S.L.], v. 1, n. 2, ago. 2006. Disponível em:
<http://www.cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/168/197>. Acesso em: 10 out. 2024
- GUEDES, Neide Cavalcante. A importância do Projeto Político Pedagógico no processo de democratização da escola. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em:
<https://repositorio.usp.br/item/001413002>. Acesso em: 13 out. 2024
- NUNES, A. A. C.; CAMPOS, L. M.; FERREIRA, L. M. B. Formação docente e relações étnico-raciais: reflexões no contexto da Lei no 10.639/2003 Formação Docente – **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores** Vol. 11, no. 22 (p. 21-30) 31 dez. 2019
- NUNES, Sandra Maria Maciel. Formação Docente na perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais: construindo materiais didáticos a partir do estudo da Localidade e do Patrimônio Cultural. **X Copene: (Re) existência Intelectual negra e ancestral**, Uberlândia, p. 1-14, 12 out. 2018.
- RUY, G. R.; ROCHA, S. M. S.; MENDES, A. N. F. A formação para a cidadania no cotidiano escolar: uma análise por meio do projeto político pedagógico. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 20, n. 2, p. 337-356, jul./dez. 2020.
- SANTOS, Ana Claudia Ramos; SOUZA, Rosa Lia Coracini de. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONCEITOS E SIGNIFICADOS NA DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA. **XVII Seminário Internacional de Educação no Mercosul**, Cruz Alta e Região.
- SANTOS, Simone. PROPOSTA PEDAGÓGICA. **Currículo, Relações Raciais e Cultura Afro-Brasileira**, Rio de Janeiro, p. 3-12, 20 out. 2006.
- SANTOS, Vulmara Galho dos; TEIXEIRA, Igor Galho. Formação de professores e Projeto Político Pedagógico: Avanços e desafios. **Seven Editora**, Jaguarão/RS, p. 1-10, 20 maio 2024.

SILVA, Giselda Shirley da; SILVA, Vandeir José da. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI 10.639/03: Uma breve incursão histórica. **Educação In Loco**, [s. /], p. 34-55, 02 jun. 2021

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul.-dez.2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>.

SOUZA, M. V.; COELHO, W. N. B. O projeto político-pedagógico e a educação para as relações étnico-raciais: configurações e abordagens pedagógicas em escolas públicas de Manaus. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 17, e91516. Julho de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Computação e Informática**, Angicos-RN, 2010.